

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*



**Ministério de Educação
Universidade Federal de Lavras
Pró-Reitoria de Pós Graduação
Departamento de Administração e Economia**

Nome do Curso: **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS**

SIGLA (formato XXX): CDR

Departamento: Administração e Economia

Nome do Coordenador:

Membros:

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- O Projeto Pedagógico de Curso – PPC deverá ser encaminhando a PRPG por meio de memorando no período de oferta de cursos ou quando se fizer necessário.
- Este projeto tem que estar de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação (Regulamento do L.S CEPE 310 de 15 12 2010 – disponível em: <http://www.prg.ufla.br/prpg2010/wp-content/uploads/2010/06/00-Regulamento-do-L.S-CEPE-310-de-15-12-2010.pdf> .
- O PPC passará por uma comissão avaliadora designada pela PRPG. Sendo assim, o projeto poderá retornar ao coordenador para as devidas correções.
- O coordenador deverá rubricar todas as folhas do PPC.
- Ao enviar o PPC para submissão à PRPG, favor encaminhar:
 - Cópia da ata da reunião departamental com o Parecer da Comissão Coordenadora Lato Sensu do departamento aprovando o PPC (que tem que estar de acordo Regulamento do *lato sensu*);
 - 3 (**três**) cópias do PPC impresso (total 4 – PPC original mais 3 cópias);
 - Arquivo digital do mesmo (CD) devidamente anexado ao PPC, que deverá conter a data do encaminhamento do projeto e o nome do curso no verso da mídia. Este arquivo deverá conter o mesmo conteúdo que o documento impresso (favor não dividir o arquivo digital em vários sub-arquivos). **Incluir também a planilha de custos do curso.**
 - A versão final deverá vir encadernada.
 - A primeira página do PPC deverá ser a que contenha o nome do curso (veja a próxima página).

PARECER DA ASSEMBLÉIA DO DEPARTAMENTO

Aprovado () Sim () Não
Reunião do Departamento Nº: Data: ___/___/___
Assinatura do Chefe do Departamento: _____

PARECER DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG

Quanto à compatibilização entre a área do coordenador do projeto e a atividade a ser desenvolvida:
Quanto à compatibilização das necessidades e das disponibilidades:
Quanto ao mérito do projeto:
Aprovado () Sim () Não
Data: ___/___/___
Carimbo/Assinatura: _____ _____ _____

(Memorando de encaminhamento do projeto, pelo Chefe do Departamento)

(Ata da Assembléia Departamental)

MINUTA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Sumário

1	Identificação	6
2	Concepção e ideário pedagógico	7
3	Perfil do egresso	11
4	Relação de disciplinas e docentes.....	14
5	Metodologia de Ensino-Aprendizagem	15
6	Regulamento do Curso	16
7	Corpo Docente e Titulação	16
8	Detalhamento da Infraestrutura	21
9	Indicadores de desempenho	
10	Relatório Circunstanciado	
	ANEXOS	

1 Identificação

- a) **Nome do Curso**
Pós-Graduação Lato Sensu em Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos.
- b) **Área e subárea do Conhecimento**
Administração – Administração Pública
- c) **Modalidade de oferta**
(presencial ou a distância) Modalidade Presencial
- d) **Departamento responsável**
Administração e Economia
- e) **Vínculos com outro(s) departamento(s) e/ou instituições**
ESAF - Escola de Administração Fazendária (unidade CENTRESAF/SP); Controladoria Geral da União em São Paulo; Departamento de Polícia Federal em São Paulo; Ministério Público Federal em São Paulo e Tribunal de Contas da União em São Paulo.
- f) **Comissão coordenadora**
Departamento de Administração e Economia da UFLA; ESAF - Escola de Administração Fazendária (unidade CENTRESAF/SP); Controladoria Geral da União em São Paulo; Departamento de Polícia Federal em São Paulo; Ministério Público Federal em São Paulo e Tribunal de Contas da União em São Paulo.
- g) **Caracterização da clientela/público-alvo**
Servidores efetivos pertencentes a órgãos federais de controle - Controladoria-Geral da União em SP – doravante denominada CGU/SP; Departamento de Polícia Federal em SP - doravante denominado DPF/SP; Ministério Público Federal em SP – doravante denominado MPF/SP e Tribunal de Contas da União em SP – doravante denominado TCU/SP, preferencialmente que estejam atuando na área finalística ou se preparando para tanto.
- h) **Regime de oferta e número de vagas**
O curso terá um quantitativo de 45 vagas, com a seguinte distribuição:
- Controladoria-Geral da União (CGU): 05 vagas
 - Controladoria-Regional da União no Estado de São Paulo (CGU/SP): 08 vagas
 - Departamento de Polícia Federal (DPF): 13 vagas
 - Ministério Público Federal (MPF): 13 vagas
 - Tribunal de Contas da União em São Paulo (TCU-SP): 06 vagas
- i) **Processo seletivo de discentes**
A seleção prévia dos participantes será realizada pelas instituições interessadas, com o apoio da unidade da Escola de Administração Fazendária em São Paulo, doravante denominada ESAF/SP dentre servidores efetivos pertencentes a órgãos federais de controle - Controladoria-Geral da União em SP - CGU, Departamento de Polícia Federal em SP - DPF, Ministério Público Federal em SP – MPF e Tribunal de

Contas da União em SP, preferencialmente que estejam atuando na área finalística ou se preparando para tanto.

2 Concepção e ideário pedagógico

a) Princípios formadores do curso

O curso foi criado considerando-se a necessidade de aperfeiçoamento, atualização e especialização dos profissionais que atuam na atividade fim dos órgãos de controle interno e externo, na detecção e na repressão ao desvio de recursos públicos e tem como princípios formadores: a) a isenção acadêmica na reflexão sobre os conceitos nos quais se fundam esta atividade estatal; b) a busca da construção de uma visão transdisciplinar sobre o tema; c) o fomento do diálogo interinstitucional e entre a visão acadêmica e a *praxis*; d) a validação e a formalização do conhecimento tácito e altamente especializado das instituições parceiras, mediante a crítica e a reflexão teórica, conduzida pelos docentes.

b) Concepção pedagógica

Um problema recorrente e crônico de governança do Estado contemporâneo consiste no equilíbrio da base de financiamento das ações que justificam a existência da máquina estatal. A demanda por serviços do Estado tem sempre uma tendência à ampliação, enquanto a base de financiamento tradicional - que é a tributação - em grande parte dos estados já atingiu o limite de crescimento seja por questões econômicas, seja por questões sociais, seja por questões políticas que, em conjunto ou separadamente, contraindicam o crescimento da carga tributária.

Neste cenário, torna-se imprescindível intensificar o debate sobre o controle do gasto público e sobre as ferramentas de detecção e repressão a desvios de recursos públicos.

Diante desta constatação, mister que tal tarefa seja capitaneada por uma ação coordenada dos órgãos de defesa do Estado, dentre os quais a Controladoria-Geral da União em Minas Gerais (CGU/SP), o Departamento de Polícia Federal em Minas (DPF/SP) e o Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/SP) que, firmes na determinação do § 2º do art. 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, buscaram parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF e com a Universidade Federal de Lavras, para desenvolver o presente curso de pós-graduação *lato sensu* em Controle, Detecção e Repressão a Desvios de Recursos Públicos.

O curso busca suprir, de forma customizada, as lacunas de capacitação atinentes às atribuições do público-alvo para incrementar sua atuação na execução de ações de controle nas áreas de obras públicas, contratação de serviços de publicidade, eventos, saúde, educação e suprimento de bens e serviços.

O projeto em tela será executado por meio de TED - Termo de Execução Descentralizada - em função de suas características pioneiras e singulares, com objetivos comuns a serem alcançados pelos participantes. Dessa forma, não há que se falar neste momento em comparativo com outros cursos ofertados pelo mercado, conforme se depreende da análise das seguintes peculiaridades:

- Elaboração conjunta de grade curricular, ementário e seleção de corpo docente, com base nas demandas apresentadas pelas instituições parceiras participantes do projeto, sob a coordenação de Escola de Governo Federal e da Universidade Federal de Lavras que deverá certificar o processo;
- Participação da ESAF enquanto Escola de Governo habilitada na forma do §2º do art. 39 da CRFB no alinhamento dos docentes;
- Participação de docentes pertencentes aos órgãos de defesa do Estado, face especificidade, singularidade e, em alguns casos, do tratamento especial de informações estratégicas necessárias à interlocução e articulação entre os órgãos de defesa do Estado, que constituem o público-alvo.
- Foco no resultado institucional decorrente do intercâmbio de informações e experiências provenientes dos participantes, com a orientação dos trabalhos de conclusão de curso voltados, preferencialmente, à elaboração de projetos de intervenção que visem o planejamento interinstitucional ou trabalhos que visem criticar e/ou registrar tais práticas ou a falta delas.
- Vantajosidade financeira e orçamentária para a Administração Pública, tendo em vista que não se trata de contratação, e, sim, de execução conjunta sem parcela de lucro em prol dos executores;

Sendo assim, este curso de especialização pretende oferecer um ambiente propício ao nivelamento e ao aperfeiçoamento dos profissionais de órgãos de controle e de defesa do Estado. Além disso, a proposta foi modelada para possibilitar a reflexão crítica a respeito da Administração Pública e propiciar um diálogo entre o corpo discente e docente, que facilitasse a transposição teórico-prática e a formalização dos saberes a respeito do controle, da detecção e da repressão ao desvio de verbas públicas.

Tendo em vista a heterogeneidade da formação acadêmica dos servidores, o programa foi desenvolvido visando não só ao nivelamento a respeito dos princípios gerais da administração, como ao aperfeiçoamento nas diversas áreas contempladas pela gestão contemporânea e suas principais ferramentas de intervenção.

Pretende-se, então, que todas as atividades abrangidas no curso estejam focadas na percepção de oportunidades e possibilidades de aplicação dos conhecimentos e de ferramentas de gestão direcionados às necessidades das instituições parceiras envolvidas.

O curso será ministrado nas instalações da ESAF, em São Paulo e terá sua carga horária distribuída preferencialmente em blocos mensais de, no mínimo 16 e no máximo 32 horas, ressalvados os períodos de recesso escolar, de forma a facilitar e tornar mais econômico o deslocamento dos agentes que têm lotação fora da Capital de São Paulo, tudo conforme grade anexa (ANEXO I).

O curso foi estruturado em 31 disciplinas que alinham os grandes temas relativos ao título da Pós-Graduação e que serão ministradas conforme a grade proposta de forma a facilitar a intercalação dos conteúdos:

- 1 – Regime Jurídico das Contratações Públicas no Brasil – (40 horas)
- 2 – Processo Penal – Tópicos Especiais – (44 horas)
- 3 – Improbidade Administrativa, Lei de Conflito de Interesse e Lei Anticorrupção – (24 horas)
- 4 – Gerenciamento de Informações Estratégicas – (8 horas)
- 5 – Suprimento de Bens e Serviços – (48 horas)
- 6 – Repressão à Corrupção e à lavagem de dinheiro – (12 horas)
- 7 – Execução Orçamentária e Financeira e Gestão de Transferências Voluntárias (24 horas)
- 8 – Análise de Objeto, custo e preço das Contratações Públicas – (40 horas)
- 9 – Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – (48 horas)
- 10 – Metodologia Científica – (16 horas)
- 10 – Seminários (56 horas)

Em razão dos múltiplos aspectos que se pretende abordar em cada disciplina e da natureza interdisciplinar dos conteúdos, as disciplinas serão ministradas por um professor coordenador da mesma e por outros quantos convidados, devidamente titulados (mestres e doutores), se fizerem necessário, conforme arrolado no item 4 deste Projeto.

A especificidade e o grau de especialidade dos temas tratados no presente curso recomendaram que se fizesse necessária a contratação de profissionais vinculados às instituições parceiras, muitas vezes únicos no domínio de determinados conteúdos práticos e/ou teóricos desta ou daquela disciplina. Tais disciplinas serão lideradas por um docente encarregado de coordená-la, bem como de proceder ao alinhamento didático pedagógico dos demais docentes e determinar os procedimentos avaliativos que serão utilizados.

Pretende-se que o aluno escolha o tema e a forma do trabalho de conclusão de curso, durante a 1ª fase de ministração da disciplina Metodologia Científica, trabalho este deverá ser apresentado e defendido sob a forma de artigo ou projeto de intervenção, sob orientação de um docente do curso.

c) Justificativa de criação

A demanda apontada no tópico anterior justifica por si a criação do presente curso, que visa o preenchimento desta grave lacuna, no intuito de manter atualizados os agentes públicos que atuam em área tão sensível. Não existe qualquer curso no mercado que possa suprir esta demanda, inclusive de desenvolvimento da visão sistêmica, transdisciplinar e interinstitucional que deve capitanear a ação dos órgãos de controle estatal. Tudo isto sem se falar na preparação e experiência da ESAF na formação de agentes públicos federais da área de controle e auditoria e no alinhamento do programa de Pós-graduação da

Universidade Federal de Lavras que vem mostrando um forte compromisso com a investigação dos mais emergentes e urgentes temas relativos à Administração Pública.

d) Objetivo geral

Promover o desenvolvimento e a atualização dos agentes públicos envolvidos na área fim da atividade de controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos, oferecendo uma visão transdisciplinar, sistêmica e integrada dos conceitos e das ferramentas indispensáveis à otimização do seu desempenho, bem como induzir à democratização, à formalização e à crítica metódica, e sistemática de conhecimento tácito desenvolvido no seio dos órgãos de origem, só possível mediante a isenção acadêmica.

e) Objetivos específicos

Proporcionar a reflexão teórica sobre os conceitos relativos à gestão pública, bem como sobre as ferramentas de controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos e facilitar a transposição teórico-prática destes conceitos para a vivência dos alunos.

Analisar e criticar os conceitos nos quais se fundam a gestão orçamentário-financeira de recursos públicos e seus meios de controle.

Desenvolver uma visão sistêmica e transdisciplinar sobre controle, detecção e combate ao desvio de recursos públicos.

Desenvolver habilidades de implementação do referencial teórico na atuação profissional prática;

Promover a incorporação de atitudes adequadas para o desempenho das atividades públicas, mediante conhecimento e compreensão da realidade concreta, desenvolvimento de senso crítico e, conseqüentemente, gerando a possibilidade de transformação dessa mesma realidade;

Oferecer novos instrumentos e ferramentas de execução de ações de controle, detecção e repressão do desvio de verbas públicas, democratizando e compartilhando conhecimento.

Possibilitar aos servidores visão estratégica da gestão e do controle no âmbito das organizações públicas.

Proporcionar oportunidades de interlocução propositiva entre os discentes oriundos dos órgãos federais de defesa do Estado, mediante o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos.

Induzir a crítica metódica e a formalização do conhecimento tácito do aluno de forma a viabilizar a democratização de boas práticas desenvolvidas no seio das organizações a que pertencem.

3 Perfil do egresso

O corpo discente será formado exclusivamente por agentes públicos já em exercício na atividade de controle, detecção e repressão de desvio de recursos públicos ou que já estejam aptos a atuar diretamente na atividade. As habilidades técnicas a serem desenvolvidas durante o curso devem ser prestigiadas desde o processo seletivo. Isto não

dispensa a necessidade de que se prestigiem também as habilidades sociopolíticas necessárias ao desenvolvimento de uma visão sistêmica sobre a atividade que exerce e de uma vocação para desenvolvimento de trabalhos que prestigiem uma nova forma de organização em rede dos órgãos aos quais foram legalmente atribuídas as funções de controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos.

Forte no ideário que rege a conduta do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, pretende-se preparar o egresso para a resolução de problemas (*problem driven*), onde o que define a base de atuação do grupo são os problemas reais da sociedade e não os paradigmas teóricos (DAVIS E MARQUIS, 2005). Assim, se procura conciliar a vivência cotidiana com o arcabouço teórico, proporcionando condições de também conciliar o desenvolvimento de habilidades técnicas simultaneamente e indissociavelmente com as habilidades sociopolíticas, além da visão crítica e da dúvida metódica à qual deve ser submetida a formulação de todos os conceitos aos quais se pretenda dar validade técnico-científica no mundo contemporâneo.

3.1. Os Egressos deverão estar preparados para atuar no(a):

3.1.1. Controle da aplicação dos recursos e da gestão do patrimônio público nas dimensões:

- a) prévia, concomitante ou posteriori,
- b) preventiva ou repressiva;
- c) interna e externa;

3.1.2. auditoria pública;

3.1.3. correição no setor público;

3.1.4. prevenção e combate à corrupção na área pública;

3.1.5. ouvidoria;

3.1.6. transparência da gestão pública;

3.2. O domínio de competências esperado para o egresso ao final do curso deve permitir que ele consiga:

- ✓ Construir conhecimento sólido sobre os conceitos de Administração Pública, de sua atividade orçamentário-financeira, do processo de compras públicas, da gestão e da fiscalização dos contratos de suprimentos de bens e serviços e de obras públicas de forma a garantir instrumentos para que possa operar o controle, a detecção e a repressão do desvio de recursos públicos.
- ✓ Possuir habilidade suficiente em técnicas de fiscalização, auditoria, investigação e repressão que lhe permitam operar com excelência suas atribuições nos órgãos a que pertencem.
- ✓ Desenvolver formalismos que unifiquem fatos isolados e modelos quantitativos de previsão, com o objetivo de compreender modelos probabilísticos teóricos, e de organizar, descrever, arranjar e interpretar resultados experimentais, inclusive com auxílio de métodos computacionais.
- ✓ Possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos.

- ✓ Assimilar os novos conhecimentos científicos - tecnológicos e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- ✓ Saber trabalhar em equipes, inclusive interinstitucionais e ter uma boa compreensão dos diversos processos, ferramentas e etapas do controle, da detecção e da repressão ao desvio de recursos públicos.
- ✓ Ser capaz de planejar, coordenar, executar ou avaliar atividades relacionadas ao controle, à detecção e à repressão ao desvio de recursos públicos e áreas correlatas.
- ✓ Possuir condições de auto-aperfeiçoamento contínuo, curiosidade e capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas ao objeto do curso.
- ✓ Ter formação humanística que lhe permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem-estar dos cidadãos.
- ✓ Reconhecer a atividade estatal como uma construção humana processual e compreender os seus aspectos históricos e suas relações com os contextos culturais, socioeconômico e político.
- ✓ Saber identificar e fazer busca nas fontes de informações relevantes, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica e humanística.
- ✓ Ler, compreender e interpretar os textos científico-tecnológicos.
- ✓ Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, símbolos, expressões, etc.).
- ✓ Ter habilidade de elaborar projetos de pesquisa científico-tecnológica, de intervenção e de desenvolvimento de métodos, produtos e aplicações em sua área de atuação, inclusive comunicar corretamente os seus resultados na linguagem científico-tecnológica, oral e escrita (textos, relatórios, pareceres, "pôsteres", apresentações).
- ✓ Saber investigar os processos naturais e tecnológicos, definir indicadores de desempenho, controlar variáveis, identificar regularidades, interpretar e proceder a previsões, inclusive, analisar riscos e potenciais.
- ✓ Saber reconhecer os limites éticos envolvidos na pesquisa e na aplicação do conhecimento científico e tecnológico e no uso e divulgação das informações sob seu domínio.
- ✓ Formalizar o conhecimento científico, social e profissionalmente acumulado para produção e democratização destes e de novos saberes.

- ✓ Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- ✓ Saber identificar e apresentar soluções criativas para problemas relacionados ao controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos.
- ✓ Ser capaz de planejar e realizar auditorias, investigações e operações necessárias ao controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos.
- ✓ Ter capacidade de utilizar, disseminar e difundir o conhecimento relevante para a comunidade.
- ✓ Conhecer e aplicar as normas de gestão e segurança da informação.
- ✓ Conhecer, criticar, desenvolver e apropriar-se de ferramentas e sistemas disponíveis para a realização das atividades de controle, detecção e repressão ao desvio de recursos públicos.
- ✓ Ser capaz de atender às exigências do mundo do trabalho, com visão ética e humanística, tendo capacidade de vislumbrar possibilidades de ampliação do mesmo, visando atender às necessidades.
- ✓ Desenvolver suas atividades de forma inovadora e empreendedora de forma a melhorar sistematicamente seu desempenho.

Relação de disciplinas e docentes

MÓDULO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS	DATA PROVÁVEL	
REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL	Noções de Direito Público Aplicável às Contratações Públicas	2	Junho/16	23 e 24/06/16
	Procedimento Licitatório e Gestão de Contratações Públicas	2	Julho/16	28 e 29/07/16
	Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1	Agosto/16	25/08/2016
PROCESSO PENAL - TÓPICOS ESPECIAIS	Processo Penal - Prática Judicial	1	Agosto/16	26/08/2016
	Tópicos Especiais em Direito Penal	1	Setembro/16	22/09/2016
	Legislação Penal Aplicada	2	Setembro/16	23 e 24/09/16
	Organização Criminosa e Lei Anticorrupção	2	Outubro/16	20 e 21/10/16
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, LEI DE CONFLITO DE INTERESSE E LEI ANTICORRUPÇÃO	Lei de Conflito de Interesses e Lei Anticorrupção	1	Novembro/16	10/11/2016
	Improbidade Administrativa	1	Dezembro/16	01/12/2016
	Controles Internos Administrativos	1	Dezembro/16	02/12/2016
GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	Gestão do Conhecimento no Setor Público	1	Janeiro/17	26/01/2017
SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	Legislação aplicável à auditoria e Fiscalização dos contratos de suprimentos de bens e serviços	2	Fevereiro/17	16 e 17/02/17
	ferramentas de auditoria e fiscalização dos contratos de suprimentos e serviços	2	Março/17	9 e 10/03/17
	Auditoria de Contratação de Serviços terceirizados	1	Março/17	10/03/2017
	Acordos de Cooperação Internacional - 1ª parte	2	Março/17	23 e 24/03/17
	Auditoria de Contratação de Serviços (publicidade, consultoria eventos e capacitação)	1	Março/17	24/03/2017
REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	Acordos de Cooperação Internacional - 2ª parte	2	Abril/17	6 e 7/04/17
	Análise Patrimonial como ferramenta de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro	1	Abril/17	07/04/2017
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Metodologia de pesquisa - parte 1	2	Junho/17	8 e 9/06/17
	Execução orçamentária e financeira aplicada às contratações públicas	2	Julho/17	6 e 7/07/17
	Gestão de Transferências Voluntárias	1	Julho/17	07/07/2017
ANÁLISE DE OBJETO, CUSTO E PREÇO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Metodologia de pesquisa - parte 2	1	Agosto/17	03/08/2017
	Custo Total do Proprietário	1	Agosto/17	04/08/2017
	Equilíbrio Econômico Financeiro	2	Agosto/17	24 e 25/08/17
	Especificação e Elaboração do Termo de Referência	1	Agosto/17	25/08/2017
	Metodologia de pesquisa - parte 3	2	Setembro/17	14 e 15/09/17
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Análise de planilhas orçamentárias - Composição de planilhas de custos e formação de preços	1	Setembro/17	15/09/2017
	Metodologia de pesquisa - parte 4	2	Outubro/17	5 e 6/10/17
	Fraudes na elaboração do Projeto básico e Noções de Projeto Executivo - Métodos de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	2	Outubro/17	26 e 27/10/17
	Legislação aplicável à licitação de Obras e Serviços de Engenharia	2	Novembro/17	16 e 17/11/17
SEMINÁRIOS	Análise de projetos em obras - Análise de quantitativos. Redesenho: Auditoria de obras públicas no âmbito do controle interno	1	Novembro/17	11/11/2016
	Fiscalização de obras hídricas	1	Janeiro/17	27/01/2017
	Fiscalização de obras de edificações especiais	3	Mai/17	10 a 12/05/17
	Fiscalização de obras de urbanização, contenção e paisagismo - Fiscalização de obras rodoviárias	1	Dezembro/17	08/12/2017
	Articulação Interinstitucional como Ferramenta de Fiscalização e Combate à Fraude e Desvio de Recursos Públicos	1	Dezembro/17	07/12/2017
Sistemas de Informações gerenciais e utilização de ferramentas corporativas	1	Janeiro/17	27/01/2017	
Lavagem de Dinheiro	3	Mai/17	10 a 12/05/17	
O papel da mídia no combate ao desvio de recursos públicos	1	Dezembro/17	08/12/2017	
Encerramento - Articulação Interdisciplinar	1	Dezembro/17	07/12/2017	

5 Metodologia de Ensino-Aprendizagem

5.1. Metodologia de ensino

Aulas dialógicas, seminários e debates. As aulas serão expositivas com enfoque em análise de estudos de caso, com a finalidade de promover uma integração entre teoria e prática.

5.2. Transdisciplinariedade

O que se pretende neste curso é uma abordagem científica que visa a unidade de um conhecimento complexo, estimulando uma nova compreensão da realidade que vise não só articular, mas fundir e reconstruir os elementos, os sujeitos e as fontes destes saberes. É mais do que uma visão interdisciplinar porque não busca apenas o ponto de interseção entre as diversas disciplinas, busca alinhar todas elas na reconstrução de uma nova disciplina.

5.3. Trabalho de conclusão de curso

Ao final do curso, os participantes elaborarão um Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação e supervisão dos professores, na forma de artigo ou projeto de intervenção, elaborado individualmente, de acordo com as normas da ABNT.

Conforme já mencionado, buscou-se o reforço das horas empenhadas na disciplina Metodologia Científica e na orientação individual para o Trabalho de Conclusão de Curso, buscando aparelhar os alunos não apenas para a redação do artigo no Trabalho de Conclusão de Curso, mas possibilitar que estes estejam aptos a desenvolver projetos de intervenção no próprio ambiente de trabalho.

A aprovação do trabalho dar-se-á mediante avaliação do orientador ou banca, segundo os critérios estabelecidos pelas normas vigentes da Universidade Federal de Lavras (entidade certificadora).

5.4. Metodologia de avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deverá acontecer durante todo o curso de forma que, ao final de cada disciplina, seja possível medir o ganho do aluno na sua participação naquele momento. A distribuição de pontos ocorrerá numa escala de 0 a 100, restando aprovado o aluno que atingir 70% de aproveitamento no conjunto das avaliações de cada disciplina.

A ferramenta de avaliação será de livre escolha do docente coordenador da disciplina desde que seja formalizado o processo avaliativo de forma a permitir efetivo controle dos meios empregados e dos resultados obtidos.

5.5. Estratégia de recuperação de aproveitamento pode ocorrer de duas formas:

No caso de ausência do aluno nos encontros presenciais ou de aproveitamento abaixo da média de aprovação, a recuperação de aproveitamento, deverá ser dirigida à coordenação do curso para que decida sobre o seu deferimento ou não, analisadas as justificativas postas pelo aluno e ouvido o professor coordenador da disciplina.

A recuperação poderá ocorrer mediante a realização de resenhas de artigos e livros para a recuperação de conteúdos perdidos nos encontros presenciais.

5.6. O Plano de curso para cada disciplina deverá ser apresentado pelo professor coordenador da disciplina, para aprovação da coordenação, incluindo orientações de

divisão para estudo do material didático-pedagógico, período de atendimento virtual e atividades práticas e teóricas.

6. Regulamento do Curso

Este curso será regido pelo Estatuto da UFLA, pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da UFLA, resolução CEPE 310 de 15 de dezembro de 2010, e demais resoluções pertinentes dos conselhos superiores da Universidade.

7. Corpo Docente e Titulação

Nome do Professor: **Anna Carla Duarte Chrispim**

CPF: 514.129.346-72

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60100001

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre Direito Público

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Procuradoria da Fazenda Nacional

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/8714423682194515>

Nome do Professor: **Adonias Fernandes Monteiro**

CPF: 049.536.746-73

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Especialista em Contabilidade Governamental e em Direito Público

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Chefe de Divisão da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/5300917572861460>

Nome do Professor: **Douglas Fischer**

CPF: 441.014.060-49;

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60100001

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre em Instituições de Direito e do Estado

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Procurador Regional da República na 4ª Região

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/5240252425788419>

Nome do Professor: **Rodrigo de Campos Costa**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102004

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: FORMAS DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Delegado de Polícia Federal e professor na Academia Nacional de Polícia.

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/8327882254220256>

Nome do Professor: **Ney de Barros Bello Filho**

CPF: 091.828.486-45.

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60100001

Formação Acadêmica/Titulação: Doutor em Direito Ambiental

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Desembargador TRF1

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/9181447007798771>

Nome do Professor: **Carlos Higino Ribeiro de Alencar**

CPF: 171.399.578-60

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre em Direito

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Secretário Executivo / Controladoria-Geral da União

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/7086403256892037>

Nome do Professor: **Nicolao Dino de Castro e Costa Neto**

CPF: 216.012.673-04,

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60100001

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre em Direito

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/6757143436551906>

Nome do Professor: **Luiz Roberto Ungaretti de Godoy**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102020

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrado em Direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Título: Crime organizado e seu tratamento jurídico penal

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Departamento de Polícia Federal, Servidor Público, Enquadramento Funcional: permanente

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/4053874412437958>

Nome do Professor: **José Roberto Pimenta Oliveira**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102063

Formação Acadêmica/Titulação: Doutorado em Direito (Conceito CAPES 4).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: Autonomia Constitucional da Improbidade Administrativa

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Procurador da República no Estado de São Paulo, atuante no 35º Ofício da Procuradoria da República em São Paulo, integrante do Núcleo de Combate à Corrupção da procuradoria da República em São Paulo

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/5409740913890405>

Nome do Professor: **José Antonio Gouvêa Galhardo**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60204001

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrado em Ciências Contábeis. Centro Universitário Álvares Penteado, UNIFECAP, Brasil. Título: Os Reflexos do Contingenciamento Orçamentário e Financeiro da União sobre a Gestão dos Administradores: Um estudo exploratório a partir dos julgamentos do Tribunal de Contas da União dos exercícios de 2001 a 2006.

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista de Finanças e Controle

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/3153550577095067>

Nome do Professor: **Rodrigo de Campos Costa**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102020

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Título: FORMAS DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Delegado de Polícia Federal e professor na Academia Nacional de Polícia

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/8327882254220256>

Nome do Professor: **Adriano Mendes Barbosa**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES):

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrado em Relações Internacionais.

U.S. Naval Postgraduate School, U.S.N.P.S., Estados Unidos.

Título: COMBATING TERRORISM IN THE BRAZILIAN TRI-BORDER AREA: A NECESSARY LAW ENFORCEMENT STRATEGIC APPROACH, 2007.

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Delegado de Polícia Federal

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/7131741478674802>

Nome do Professor: **Gilson Libório de Oliveira Mendes**

CPF: 569.289.987-68

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre em Ciências Militares

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Diretor de Informações Estratégicas DIE/CGU

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/8101466833426839>

Nome do Professor: **Mario Vinícius Claussen Spinelli**

CPF: 011.382.217-08

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006 Formação

Acadêmica/Titulação: Mestre em Administração Pública

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Analista de Finanças e Controle / Secretário

de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria-Geral da União
Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/4734628545464682>

Nome do Professor: **Bruno Carazza dos Santos**

CPF: 030.562.936-00

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Doutorado em Direito Econômico Mestre em Teoria Econômica

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/8172368052236467>

Nome do Professor: **Milton Fornazari Junior**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102020

Formação Acadêmica/Titulação: Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: Auxílio Direto Penal: Meio de Cooperação Jurídica Internacional

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Delegado de Polícia Federal em São Paulo/SP, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos - DELEFIN

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/9644983276996349>

Nome do Professor: **Valmir Gomes Dias**

CPF: 072.201.287-03

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Especialista em Controladoria e Finanças

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Analista de Finanças e Controle / Chefe Adjunto da CGU-Regional/RJ

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/0347542403761662>

Nome do Professor: **Ana Alice Vilas Boas (UFLA)**

CPF: 983.432.573-25

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Pós-doutora pela École des Hautes Études Commerciales HEC-Canada; Doutora em Administração pela Universidade de Reading na Inglaterra; Mestre em Administração

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Professora permanente do PPGA e do PPGAP da Universidade Federal de Lavras

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/5461876529687716>

Nome do Professor: **Luiz Alberto Sanábio Freesz**

CPF: 437.228.906-59

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006 Formação

Acadêmica/Titulação: Mestre em Administração Pública

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Analista de Finanças e Controle / Controladoria-Geral da União

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/1458528349508914>

Nome do Professor: **Márcio Almeida do Amaral**

CPF: 541.976.196-34

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Mestrando em Administração Pública / Especialista em Gestão Empresarial

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Analista de Finanças e Controle / Coordenador do Núcleo de Ações de Prevenção da Corrupção da Controladoria-Regional da União em Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/4024289476673934>

Nome do Professor: **Paulo Tarso Vilela de Resende**

CPF:

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Doutor em Direito

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Ministério Público / Promotor de Justiça – SP

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/7201410143183571>

Nome do Professor: **Carolina Zancaner Zockun**

CPF: 21376005875

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60102063

Formação Acadêmica/Titulação: Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Título: Da Terceirização na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador da Fazenda Nacional e professora de Direito Administrativo no curso de graduação da faculdade de Direito da PUC/SP

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/5955154748070330>

Nome do Professor: **Alan de Oliveira Lopes**

CPF: 048.002.689-26

Área de Conhecimento (código tabela CAPES): 60200006

Formação Acadêmica/Titulação: Mestre em Transportes

Atuação Profissional/Instituição de Vínculo: Perito Criminal Federal / Polícia Federal, Instituto Nacional de Criminalística - INC

Experiência Acadêmica e Profissional (qualificação e capacitação docente):

<http://lattes.cnpq.br/0007372562166290>

6 Detalhamento da Infraestrutura

6.1. Infraestrutura física

O curso será realizado nas instalações do Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária em São Paulo, localizado à Av. Prestes Maia, 733 – 21º andar – Bairro Luz, São Paulo/SP, ou em outro local que atenda as necessidades do evento.

6.2. Recursos humanos

O corpo docente é altamente qualificado, integrado por 1 Pós-doutor, 05 Doutores, 14 Mestres e 02 Especialistas.

Tal corpo caracteriza-se não só pela sua excelente formação teórica, mas também pela expertise prática altamente especializada dos docentes, embora todos titulados, em sua grande maioria com atuação fora dos muros da academia e algumas vezes detentores quase que exclusivos de conhecimentos das instituições participantes do curso cuja formalização, crítica e democratização faz-se imperiosa.

Descrição	Atividade	Nº Horas
Colaborador a designar (40)	1.24.01 - Elaborador "A"	06
Colaborador a designar (2)	1.35.03 - Coordenador Pedagógico	120
Colaborador a designar (3)	3.04.02 - Auxiliar de evento	120
Colaborador a designar (1)	3.02.02 - Coordenador administrativo	360
Colaborador a designar (7)	1.01.01 - Professor "A"	16
Colaborador a designar (14)	1.01.01 – Professor "A"	08
Colaborador a designar (10)	1.01.01 - Professor "A"	04
Colaborador a designar (8)	1.01.01 - Professor "A"	12
Colaborador a designar (8)	1.25.03 – Orientador "C"	30
Colaborador a designar (1)	3.03.04 – Supervisor Administrativo	24

6.3. Material de consumo

Pasta ESAF couro sintético
Caneta esferográfica
Porta crachá com cordão de silicone
Resma de papel A4

6.4. Outros

Pessoa jurídica - Especificação	Quantidade
Contratação de Serviço de Coffee break	4.232

Diárias - Especificação	Quantidade
Diárias de Instrutores e Colaboradores	105

Passagens - Especificação	Quantidade
Passagens aéreas de Instrutores e colaboradores	30
Passagens terrestres de professores e colaboradores	10
Adicional de deslocamento de Instrutores	30

7 Plano de acompanhamento de execução do projeto pedagógico

O acompanhamento, a medição e a gestão de qualidade do curso, incluindo acompanhamento de evasão discente, desempenho de discentes e docentes, uso de ferramentas para EAD e outros fatores utilizará as ferramentas e os indicadores desenvolvidos pela ESAF.

ANEXOS

ANEXO I - GRADE HORÁRIA CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

MÓDULO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS	DATA PROVÁVEL	
REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL	Noções de Direito Público Aplicável às Contratações Públicas	2	Junho/16	23 e 24/06/16
	Procedimento Licitatório e Gestão de Contratações Públicas	2	Julho/16	28 e 29/07/16
	Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1	Agosto/16	25/08/2016
PROCESSO PENAL - TÓPICOS ESPECIAIS	Processo Penal - Prática Judicial	1	Agosto/16	26/08/2016
	Tópicos Especiais em Direito Penal	1	Setembro/16	22/09/2016
	Legislação Penal Aplicada	2	Setembro/16	23 e 24/09/16
	Organização Criminosa e Lei Anticorrupção	2	Outubro/16	20 e 21/10/16
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, LEI DE CONFLITO DE INTERESSE E LEI ANTICORRUPÇÃO	Lei de Conflito de Interesses e Lei Anticorrupção	1	Novembro/16	10/11/2016
	Improbidade Administrativa	1	Dezembro/16	01/12/2016
	Controles Internos Administrativos	1	Dezembro/16	02/12/2016
GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	Gestão do Conhecimento no Setor Público	1	Janeiro/17	26/01/2017
SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS	Legislação aplicável à auditoria e Fiscalização dos contratos de suprimentos de bens e serviços ferramentas de auditoria e fiscalização dos contratos de suprimentos e serviços	2	Fevereiro/17	16 e 17/02/17
	Auditoria de Contratação de Serviços terceirizados	2	Março/17	9 e 10/03/17
	Acordos de Cooperação Internacional - 1ª parte	1	Março/17	10/03/2017
	Auditoria de Contratação de Serviços (publicidade, consultoria eventos e capacitação)	2	Março/17	23 e 24/03/17
	Acordos de Cooperação Internacional - 2ª parte	1	Março/17	24/03/2017
REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	Análise Patrimonial como ferramenta de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro	2	Abril/17	6 e 7/04/17
	Metodologia de pesquisa - parte 1	1	Abril/17	07/04/2017
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Execução orçamentária e financeira aplicada às contratações públicas	2	Junho/17	8 e 9/06/17
	Gestão de Transferências Voluntárias	2	Julho/17	6 e 7/07/17
	Metodologia de pesquisa - parte 2	1	Julho/17	07/07/2017
ANÁLISE DE OBJETO, CUSTO E PREÇO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	Custo Total do Proprietário	1	Agosto/17	03/08/2017
	Equilíbrio Econômico Financeiro	1	Agosto/17	04/08/2017
	Especificação e Elaboração do Termo de Referência	2	Agosto/17	24 e 25/08/17
	Metodologia de pesquisa - parte 3	1	Agosto/17	25/08/2017
	Análise de planilhas orçamentárias - Composição de planilhas de custos e formação de preços	2	Setembro/17	14 e 15/09/17
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Metodologia de pesquisa - parte 4	1	Setembro/17	15/09/2017
	Fraudes na elaboração do Projeto básico e Noções de Projeto Executivo - Métodos de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Legislação aplicável à licitação de Obras e Serviços de Engenharia Projetos em obras - Análise de quantitativos. Redesenho: Auditoria de obras públicas no âmbito do controle interno	2	Outubro/17	5 e 6/10/17
	Fiscalização de obras hídricas Fiscalização de obras de edificações especiais	2	Outubro/17	26 e 27/10/17
	Fiscalização de obras de urbanização, contenção e paisagismo - Fiscalização de obras rodoviárias	2	Novembro/17	16 e 17/11/17
SEMINÁRIOS	Articulação Interinstitucional como Ferramenta de Fiscalização e Combate à Fraude e Desvio de Recursos Públicos	1	Novembro/17	11/11/2016
	Sistemas de Informações gerenciais e utilização de ferramentas corporativas	1	Janeiro/17	27/01/2017
	Lavagem de Dinheiro	3	Mai/17	11/05/2017
	O papel da mídia no combate ao desvio de recursos públicos	1	Dezembro/17	08/12/2017
	Encerramento - Articulação Interdisciplinar	1	Dezembro/17	07/12/2017

ANEXO II – EMENTÁRIOS E BIBLIOGRAFIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA ACADÊMICA

Declaração de Competência Acadêmica

Prof. _____ O Departamento de Administração e Economia, mediante seu chefe docente e/ou técnico composto para integrar o curso de **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM CONTROLE, DETECÇÃO E REPRESSÃO A DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS** possui competência acadêmica para ministrar aulas presenciais e virtuais e conduzir seus estudantes nos trabalhos acadêmicos.

Este departamento se compromete a garantir que o corpo docente não sofrerá descontinuidade em seus estudos caso alguns destes professores se desliguem do corpo docente deste curso, nas respectivas suas responsabilidades.

UFLA, _____ de _____ de _____.

Prof. _____

Chefe do Departamento

ANEXO IV - MODELO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE MATERIAL DIDÁTICO - aplica-se somente em caso de produção de material didático próprio. Deverá constar declaração legal de autorização para uso dos materiais elaborados, sem ônus para a UFLA e para a ESAF, para uso exclusivo no presente curso e ressalvado material classificado como sigiloso.

 <p>Escola de Administração Fazendária</p>	TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS	Referente ao Termo de Compromisso Nº
---	---	---

Conforme Termo de Compromisso Nº, que trata de prestação de serviços para produção de material didático, nesse conceito compreendido o planejamento didático, a elaboração de textos, de slides, de exercícios de fixação de aprendizagem e questões de prova, o colaborador transferirá à ESAF os direitos de uso desse material em atividades de capacitação, assegurado seu direito de receber pagamento em valor correspondente a material novo (inédito), atualizado (revisto e modificado) ou mantido (revisto e não modificado), por projeto em que for empregado, observado os critérios de valoração do trabalho empregado pela Escola.

De acordo,

.....
Colaborador

ANEXO V – Modelo do Termo de compromisso de todos os professores externos à UFLA. Necessária a afirmação explícita de concordância com as condições de professor voluntário não-remunerado ou diretamente remunerado pelas instituições parceiras.

	TERMO DE COMPROMISSO DE DESEMPENHO EVENTUAL DE ATIVIDADE - 2	Nº do Termo
		Nº do Processo

Unidade Executora: CENTRESAF/SP

1. **IDENTIFICAÇÃO DO COLABORADOR** (Preenchimento pela ESAF, complementado pelo colaborador – Em 1.3, 1.4 e 1.5, informar SIM ou NÃO).

1.1. CPF	1.2. Nome	1.3. INSS	1.4. ISS	1.5. Pensão Alimentícia
1.6. Classificação do Colaborador				
Código	Descrição			
1.7. Vinculação ao serviço público				
() À União	() Ao Estado de:			
() Ao DF	() Ao Município de:			
I - Cargo, emprego, ou posto militar que ocupa (Se for o caso, outra situação).			Desde (mm/aaaa)	
II - E-mail (do Colaborador)				
III - Órgão/Entidade a que pertence o cargo, emprego ou posto militar.				
IV – Órgão/Entidade/Unidade de exercício. Cidade/UF			Desde (mm/aaaa)	
V - Cargo em comissão ou função de confiança que exerce			Desde (mm/aaaa)	
VI - Nome do chefe imediato. Ou superior, se for o caso				
VII - E-mail do chefe imediato. Ou superior, se for o caso				

2. **ATIVIDADE A SER REALIZADA E SUA CLASSIFICAÇÃO NA TABELA DE PAGAMENTOS**
(Preenchimento pela ESAF)

2.1. Nº do Projeto	2.2. Título do Projeto		
2.3. Classificação na Tabela de Pagamentos	2.4. Seleção com base na:		
	<input type="checkbox"/> Formação	<input type="checkbox"/> Experiência	
2.5. Atividade a realizar:			

2.6. Período de realização	2.7. Turma(s)	2.8. Horas/Atividade	2.9. Valor/Hora

2.10. Forma de Pagamento. Crédito em conta bancária, do seguinte modo:

parcela proporcional ao serviço realizado e entregue.

pagamento total, realizado após a entrega do serviço.

2.11. A atividade será realizada (Preenchimento pelo colaborador. Assinale com "x").

I	<input type="checkbox"/>	No mesmo horário que cumpre a jornada normal de trabalho no órgão/entidade de exercício.
II	<input type="checkbox"/>	Em dias úteis, fora do horário de trabalho no órgão/entidade onde tem exercício.
III	<input type="checkbox"/>	Somente aos sábados, domingos e/ou feriados.
IV	<input type="checkbox"/>	Outra situação. Indicar qual:

3. CONDIÇÕES EM QUE A ATIVIDADE SERÁ REALIZADA

- 3.1. Os servidores, cujo vínculo laboral não seja o da Lei nº 8.112/90, e empregados da administração direta e indireta da União, os servidores e empregados da administração direta e indireta do Distrito Federal, de Estado ou de Município, e os militares, policiais e bombeiros, quando, na condição de ativos, poderão, eventualmente, desempenhar atividades pertinentes a eventos realizados pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, observada a legislação que vincule o cargo ou emprego que ocupe.
- 3.2. No caso de o horário de realização da atividade coincidir com o da jornada de trabalho do colaborador no órgão/entidade em que tenha exercício, é indispensável que a chefia imediata do colaborador manifeste expressa concordância com as condições estabelecidas neste termo.
- 3.3. No interesse do órgão/entidade de exercício do colaborador, concluída a atividade, a ESAF poderá informar, via e-mail, o horário que foi efetivamente observado na sua realização.
- 3.4. O colaborador servidor civil, militar, policial, bombeiro ou empregado da União não regido pela Lei 8.112/90 e o servidor ou empregado integrante de quadro do Distrito Federal, de estado ou de município, qualquer que seja o regime do cargo ou emprego que ocupe, será retribuído pela realização eventual de atividade, no ano civil, até o valor autorizado, com dispensa de licitação, pelo artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3.5. A atividade de Tutoria em cursos a distância:
- I - Será retribuída tendo por base a proporção de horas/atividade dedicadas pelo colaborador a operações no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Alcançada, no ambiente virtual, a dedicação de 75% (setenta e cinco por cento) das horas/atividade programadas para o evento, o colaborador fará jus a ter computadas as horas/atividade complementares, considerando que tal grau de participação implica a realização de atividades próprias do atendimento ao trainando fora do ambiente virtual de aprendizagem;
- II – O tutor poderá acompanhar o processo de aprendizagem de até 100 (cem) alunos simultaneamente.
- 3.6 A conversão de produto ou serviço em horas/atividade será processada com base em modelo de avaliação apresentado ao colaborador antes da elaboração do termo de compromisso

4. **LIBERAÇÃO TEMPORÁRIA DO COLABORADOR PARA DESEMPENHO EVENTUAL DE ATIVIDADE** (Este campo só será preenchido quando o horário de realização da atividade coincidir com o da jornada de trabalho do colaborador no órgão/entidade de exercício. Se for o caso, É INDISPENSÁVEL o preenchimento de 4.1(a) ou de 4.2).

4.1. Informação da unidade da Esaf responsável pela realização do evento
<input type="checkbox"/> (a) Liberação já manifestada em documento que será anexado ao processo de pagamento. <input type="checkbox"/> (b) Aguarda liberação por parte da chefia do colaborador.
4.2. Manifestação da chefia, imediata ou superior, do candidato no órgão/entidade de exercício (Preencher, se ainda aguarda liberação).
Autorizo a liberação nas condições deste termo de compromisso. _____, ____ de _____ de _____ _____ Chefia

5. MATERIAL DIDÁTICO

No caso de prestação de serviços de produção de material didático, nesse conceito compreendido o planejamento didático-pedagógico, a elaboração de textos, de slides, de exercícios de fixação de aprendizagem e questões de prova, o colaborador/elaborador transferirá à ESAF os direitos de uso desse material em atividades de capacitação, independente do número de ofertas que dele vier a fazer uso. Ao colaborador fica assegurado o direito de receber pagamento em valor correspondente a material novo (inédito), atualizado (revisto e modificado) ou mantido (revisto e não modificado), observados os critérios que a Escola aplica para a valoração do material produzido.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. Declaro, sob as penas da lei, que a documentação e as informações que apresento para fins de cadastro e prestação de serviços à ESAF, incluindo o presente Termo de Compromisso, documento oficial de identidade, CPF – Cadastro de Pessoa Física, comprovantes de formação acadêmica e FIC – Ficha de Informações Curriculares, são autênticas e verídicas.
- 6.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da ESAF.

São Paulo, de de

ESAF